

De homem para homem

Capacitação de homens educadores no trabalho de prevenção e combate à Violência Doméstica.

Sandro da Silva Martins*

Unisal – Lorena – SP

ssmpsconsultoria@gmail.com

Orientadora

Profa. Dra. Tereza Elizete Gonçalves

Unisal – Lorena – SP

telizete@gmail.com

RESUMO

Este trabalho visa repassar os conceitos sobre a construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade. É importante citar que diferenças entre homens e mulheres ainda são tratadas pelos movimentos feministas e sociedade como questões de gênero, e são explicadas na constituição biológica e cultural. Mencionar as diferenças existentes entre dois termos que por algumas vezes são tratados como sinônimos se faz necessário, pois são constituídos de forma distinta e podem ser explicados. Foi realizado no segundo semestre de 2008, durante 20 semanas, um trabalho de grupo reflexivo de gênero com 12 participantes homens, oriundos do JECRIM (Juizado Especial Criminal – TJ-RJ) e 10 motoristas homens de uma empresa de transporte da cidade de Resende-RJ com técnicas ancoradas em questionários, técnicas de trabalho em grupo e entrevistas semi-estruturadas para identificação pormenorizada dos participantes. O objetivo deste trabalho foi fazer com que os participantes construíssem formas diferentes de lidar com as questões do gênero que cotidianamente atravessam suas vidas e relações interpessoais e profissionais, geradoras de violência, capacitando-os a trabalhar no combate às atitudes violentas no âmbito familiar. Conclui-se pela afirmação da possibilidade de incluir os homens numa tarefa de combate à violência doméstica e a importância de uma racionalização da violência não ativa e o desenvolvimento de uma postura conciliadora diante dos conflitos familiares.

Palavras – chave: violência doméstica, masculinidade e construção cultural, prevenção.

**Pós graduando em Terapia Clínica Psicanalítica pela Unisal – Lorena - SP*

ABSTRACT

This work aims to pass on the concepts of collective cultural construction of masculinity and femininity attributes. Mention the differences between two terms that are sometimes treated by synonymously are made necessary because are constituted differently and can be explained. It was held for 20 weeks a reflective workgroup gender with 12 participants men's from the JECRIM (Special Criminal Court - TJ-RJ) in the city of Resende-RJ and 10 drivers men's of a transport company in the city of Resende-RJ, with Technical anchored in questionnaires, group work and semi-structured interviews for detailed identification of the participants. The objective was to get the participants to build different ways of dealing with gender issues that cross their lives and daily interpersonal and professional relationships, generating violence, enabling them to work in the fight against violent attitudes within the family. It was concluded by affirming the possibility of including men in work to combat domestic violence and the importance of a rationalization of violence not active and the development of a conciliatory attitude toward the family conflicts.

Key - words : domestic violence masculinity and cultural construction , prevention.

1. INTRODUÇÃO

Diferenças entre homens e mulheres são tratadas pelos movimentos feministas como questões de gênero, no entanto, são explicadas na constituição biológica e cultural. Cabe aqui diferenciar sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade.

Entende-se por sexo a categoria que mostra a diferença biológica entre homens e mulheres. Por gênero conceitua-se a construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que se denominam papéis sexuais). Identidade de gênero define-se como a categoria que pensa o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada. E sexualidade refere-se a um conceito contemporâneo voltado para o campo das práticas e dos sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos.

Quando se fala em igualdade, nos remetemos também ao campo comportamental, alvo dos movimentos feministas. É importante mencionar as diferenças existentes entre dois termos que por algumas vezes são tratados como sinônimos, embora constituídos de conceitos distintos, que podem ser explicados. Desde a constituição biológica do ser humano, passando pelo âmbito social e também cultural

observamos essas particularidades, então torna-se importante lembrar que diferenças biológicas são características de qualquer ser vivo. O ser humano é um ser auto reflexivo e por essa razão é radicalmente diferente dos outros seres. Ainda assim existem as diferenças entre homem e mulher como mencionadas outrora. São essas que necessitam ser trabalhadas socialmente e exploradas, pois muitos homens consideram essas condições suficientes para se comportarem de forma superior às mulheres. A construção da subjetividade de homens e mulheres acontece já nos primeiros anos de vida e isso independe da diferença que há entre si. Podemos mencionar o processo de socialização de aspectos decorrentes da vida os quais envolvem homens e mulheres. A transmissão da herança cultural ocorre por meio dos papéis existentes em cada matriz de identidade, isto é, em cada criança. Estes são unidades culturais de conduta, portanto, possuem características e particularidades próprias da cultura em que se estruturam.

Um papel social é uma experiência interpessoal e necessita de dois ou mais indivíduos para ser posto em ação. Todo papel social é uma representação para o outro. Vale ressaltar que as diferenças entre os seres humanos, às vezes, são experimentadas de forma simbólica e nas sociedades são vividas como gênero. O gênero depende de como a sociedade vê a relação que transforma um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher. As culturas já mantêm imagens de como deverão ser tanto homens quanto mulheres, principalmente em seus comportamentos sociais.

2. DESENVOLVIMENTO

Detalhamento da dinâmica do trabalho. Onde se busca firmar com cada participante o contrato de convivência. Já se estabelece um acordo entre o indivíduo e a equipe reflexiva. Este contrato é realizado com o grupo, pois todos os participantes terão a oportunidade de se colocarem nas discussões, externando seus pensamentos de forma clara e objetiva. Evidencia-se a preservação dos direitos e os deveres individuais e coletivos. Vale ressaltar que já nos primeiros encontros há abordagem da violência e suas variadas formas, buscando com isso um esclarecimento introdutório do tema propriamente e estabelecendo o contrato da não violência ativa.

É realizada uma avaliação na forma de um questionário e estabelecemos a criação de um grupo focal para tratar especificamente dos assuntos abordados e as mudanças que o mesmo promove e o que fará parte da sua vida cotidiana. Tratamos do

acompanhamento/*follow-up*, desde que consentido pelo indivíduo, durante as seis semanas que seguem o término dos vinte encontros.

Questionário semi-estruturado utilizado com o grupo reflexivo.

1. O que você entende sobre o papel do homem na família?
2. As mudanças dos papéis sociais da mulher?
3. A utilização da violência como forma de resolução de conflitos dentro do relacionamento?
4. A busca da violência como forma de se alto afirmar no relacionamento?
5. O que você entende por gênero?
6. O que é ser homem?

Simbolizações/simbolismos: Processos mentais inconscientes ou dos processos subjacentes, nos quais as relações se fundam a partir de outros elementos, seja por qualidade específica ou até mesmo aspectos gerais.

Mecanismos de defesa/mecanismos de adaptações psicossociais: Elementos psicanalíticos da dinâmica de defesa utilizados nos processos inconscientes (repressão, negação e outros) utilizados como defesa do indivíduo (do seu ego) frente a impulsos e idéias inaceitáveis para o consciente.

Adesão e não-adesão ao grupo reflexivo: Identificação de motivos/razões psicológicos/psicanalíticos devido aos quais as pessoas seguem corretamente ou não as indicações, aconselhamentos e condutas preconizadas pelos facilitadores.

Objeto de estudo: Interpretação das relações de significado dos fenômenos, como referido pelos indivíduos. Os procedimentos são ajustáveis durante o desenvolvimento do trabalho.

Perfil dos participantes: Indivíduos representantes com características de certa subpopulação. Encaminhados através de determinação judicial.

Variáveis: Não-controle das variáveis, necessidade de estarem livres.

Houve a participação de todos os integrantes dos grupos neste questionário. A aplicação deste ocorreu no início do funcionamento do grupo, ainda na primeira reunião onde após ser discutido o contrato de convivência, as normas estabelecidas e

que deveriam ser seguidas sempre para a conservação do bom funcionamento do grupo. Objetivamos com esta aplicação a aferição dos valores, crenças e a percepção dos integrantes no tocante a dinâmica masculino/feminino. Sinalizando para nós a forma que deveríamos trilhar para que ao final conseguíssemos alcançar caso necessário mudanças dessas crenças e valores. Apresentando para estes homens, formas diversificadas e racionalizadas de enfrentamento das diferenças e um entendimento reflexivo das questões de gênero que fazem parte do cotidiano das relações.

Destacarei a seguir a fala de um dos integrantes que chamarei de “*Sr. José*” com 53 anos de idade. “*Sr. José*” ao ser questionado na primeira reunião sobre a pergunta de número 3 respondeu: “*Durante minha infância e adolescência, via meu pai exigir da minha mãe comida na hora que ele queria. Sempre que chegava em casa alcoolizado e quando a comida não estava pronta, era o dia dela apanhar. Pois para ele, a mulher não podia estar na rua e deixá-lo com fome, ele trabalhava para colocar comida em casa*” No encerramento do grupo utilizamos novamente o questionário e o mesmo “*Sr. Jose*” que fez questão de responder para o grupo: “*Dr. Eu aprendi aqui, que agia da forma errada. E que meu pai quando resolvia bater em minha mãe também agia errado. As diferenças que tenho com minha esposa precisam ser resolvidas com diálogo. O fato dela ser mulher não significa que tem que ser rebaixada e menosprezada, mas deve sim, ser tratada com respeito que ela merece como mulher, esposa e ser humano.*” E o que mais marcou a equipe técnica, foi a fala que reproduziremos a seguir: “*E depois que começamos a ver aqui outras formas de resolver conflitos em casa, com a família e principalmente com minha esposa, ela (a esposa) veio aqui hoje. E quer saber se pode conversar com vocês para saber o que conversamos aqui, pois vem percebendo uma mudança em mim.*”

Foram dois grupos selecionados conforme critérios de inclusão e que participaram deste trabalho reflexivo. O primeiro grupo originado do Juizado Especial Criminal (JECRIM) teve como alvo um trabalho corretivo voltado para os sentenciados. E o segundo grupo originado de uma empresa de transporte da cidade de Resende-RJ, teve como alvo um trabalho preventivo voltado para os profissionais. Exploramos neste trabalho as possibilidades das mulheres começarem a se profissionalizarem para ocupar vagas de motoristas de ônibus. Pois se tratava de uma

realidade da região, se não dizer do país. Posição que num passado recente cabia somente aos homens. “Uma das falas de um participante que chamarei de “**Sr. Paulo**” com 57 anos de idade no final do trabalho ele relatou: “ *hoje aqui na empresa temos mulheres como colegas de trabalho, aprendemos a respeitá-las como profissionais...*”

Art. 45 – Lei 11.340/2006 – Parágrafo único – Poder Judiciário.

“Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação”

2.2 Violência de gênero

Para Saffiotti, (1995) as relações violentas tendem a obedecer a uma escala progressiva durante os anos de relacionamento violento, iniciando com agressões verbais que passam para físicas e/ou sexuais, podendo chegar a ameaças de morte e homicídio. Esta violência é qualquer ação ou omissão baseada nas relações de gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. É comum acontecer no espaço doméstico, espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar e onde acontece qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a pessoa ofendida, independente de coabitação. Das formas de violência que ocorrem, podemos destacar algumas: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. A violência doméstica é mais conhecida por referência aos abusos e maus tratos que sofrem as crianças, as mulheres e os idosos. É possível ver nas agressões físicas e nos maus tratos de ordem psicológica, remanescentes da cultura que entendeu os castigos ou punições corporais e a desqualificação moral ou a humilhação da pessoa como recursos de socialização e práticas educativas. Já o abuso sexual, de forma alguma tem essa mesma raiz. Não obstante, as dimensões física, sexual e psicológica mostram-se extremamente interligadas na violência doméstica. Esta é a situação da violência vivida por mulheres, recorte no qual vou me ater por algumas linhas.

Por outro lado, se sofrer agressões e abusos por pessoas íntimas e próximas tornam a violência contra a mulher situação semelhante àquela das crianças e dos idosos, são as questões de gênero, vinculadas às desigualdades nelas inscritas, que revestem as agressões e os abusos perpetrados contra as mulheres e as meninas, e torna a violência contra a mulher evento específico. E neste caso, mais que em qualquer

outro, encontramos as delimitações das esferas psicológica, física e sexual borradas exatamente por estarem envolvidas e ressignificadas pelas questões de gênero.

Silêncios e invisibilidades fazem parte dessa realidade que podem e devem ser abordadas no plano psicoemocional, sociocultural e ético político, para uma aproximação e análise de sua complexidade. São as repercussões na condição de ‘sujeito privado’, de ‘ser humano’ e de ‘indivíduo cidadão’, que devem chamar nossa atenção para a violência doméstica contra a mulher, pois emoções, soberania, dignidade e direitos são corrompidos e negados; na saúde ou em outros âmbitos da vida social, devem motivar estudos e as políticas de assistência e prevenção.

Estudos sobre a violência contra a mulher já vêm sendo produzidos, notadamente a partir de 1990 (Schraiber & d’Oliveira, 1999). São estudos no campo das Ciências Sociais e do Direito os primeiros a abordarem essa questão no Brasil, bem como no campo da saúde.

É um engano alguém pensar que a violência conjugal/doméstica/familiar é decorrente da relação também por conta de fatores como desemprego, drogas, alcoolismo e miséria. Esses são apenas facilitadores catalisadores. “A situação de violência apresenta as seguintes características: a preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuados que subalternizam o gênero feminino; amplia-se e atualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado; é mesclada com outras paixões com caráter positivo, como jogos de sedução, afeto, desejo, esperança que em última instância, não visam abolir a violência, mas alimentá-la, como forma de mediação de relações de exploração dominação; denuncia a fragilizada auto-estima de ambos os cônjuges, que tendem a se negar reciprocamente o direito à autonomia nas mínimas ações”. (Saffioti, 1995)

O ritual da agressão é iniciado, muitas vezes, no namoro ou primeira gravidez da mulher. A simples vitimização feminina perpetua os “papéis” tradicionais, que sinalizam que já estão na origem das agressões. É preciso perceber que, às vezes, por mais perverso que possa parecer, as relações de violência doméstica aparecem como uma forma ritualizada de comunicação entre o casal, havendo muitas ambigüidades em ambos os “papéis” constituídos. (Gregori 1993)

Para Ferreira (1994), a violência conjugal se manifesta em quatro modalidades: o homem que agride a mulher; a mulher que violenta o marido; os cônjuges que se

agredem mutuamente; e os casais que, embora não sendo agressivos, cometem atos violentos quando não há mais consenso e comunicação entre os envolvidos.

Considerando não ser este o enfoque principal desse artigo, ainda assim, é importante dialogar com opiniões que aderem à visão de que violência doméstica atinge mulheres de todas as raças, mas há um atenuante quando a mulher é negra, pelo racismo que gera outras violências adicionais. Este fenômeno da violência doméstica é absolutamente democrático, atravessando todas as classes sociais e grupos raciais inclusive. O diferencial nesses casos é que no geral as mulheres de baixa renda tendem a denunciar mais, enquanto que a mulher das classes média e alta tende a evitar esse tipo de exposição social. Estudos sobre esse tema revelam, também, que a maioria de agressores e vítimas são homens e mulheres brancos, quando se toma como fonte os registros das instituições públicas de assistência às vítimas. (Gonzalez, 1983; Meneguel, 2000). No entanto, carece-se de estudos mais aprofundados para assegurar que as mulheres negras são de fato mais agredidas e molestadas sexualmente do que as mulheres brancas ou se, em outra hipótese, denunciam mais os seus agressores.

As mulheres negras vem há anos buscando ampliar o conceito de violência contra a mulher, para além da agressão, pela introdução do conceito de violência racial entre práticas que produzem dano físico, psicológico, deficiência de desenvolvimento e privação. No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos sobre negras é responsável por um dos pilares estruturantes da decantada democracia racial que é a miscigenação, e está na origem de todas as construções sobre a identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma da formação nacional” (Gilliam, 1996), através da qual “(1) o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitado; (2) a desigualdade entre homem e mulher é erotizada, (3) a violência sexual contra as mulheres negras é romantizada, o que poderia ser considerado como reminiscências do período colonial que permanece atenuante no imaginário social e se renova e adquire novas roupagens e novas funções numa ordem social supostamente democrática, mas que mantém intactos os papéis instituídos para as relações de gênero segundo a cor ou raça no período escravagista”.

Explorando ainda mais o tema, é preciso realizar análises sobre os vários processos de socialização e sociabilidade pelos quais o indivíduo homem passa e o que tem como significado para ser homem enquanto um ser social. De maneira geral os homens são adestrados desde cedo para corresponder às expectativas sociais, de maneira

proativa, em que risco e agressividade não são algo que deva ser evitado como sendo prejudicial, mas sim experimentados cotidianamente. Vale dizer que essa postura se revela de diferentes maneiras em diferentes lugares: nas brincadeiras infantis, na mídia segmentada tanto por idade quanto por sexo, nas ruas, escolas, casas, bares, quartéis, prisões... Não há uma preocupação com relação aos lugares, o que vale mesmo são os recorrentes mecanismos de brutalidade constituídos de tornar-se homem, pois a violência é, muitas vezes considerada uma manifestação tipicamente masculina para resolução de conflitos.

É importante ressaltar que os homens são socializados para sempre que possível reprimir suas emoções. Já a raiva e inclusive a violência física, são formas socialmente aceitas como expressões masculinas de sentimentos.

Por conta dessa postura agressiva e que reflete um comportamento de igual modo, vale mencionar com base em dados de uma pesquisa de um instituto específico sobre o assunto que:

“há no país um grande percentual de mortalidade por conta desses comportamentos, haja vista que causa externa vem aumentando em alguns locais do país. Ao contrario dos países desenvolvidos economicamente, onde os maiores coeficientes de mortalidade por causas externas são de acidentes de transporte e suicídios, em nosso país o predomínio é de homicídios, seguido de acidentes de transportes. Os homicídios têm tido um aumento muito maior que outras causas”. (CIS – Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo).

Esses dados evidenciam o quanto os homens são colocados num contexto de violência desde cedo, por conta da socialização e em diversos lugares, e na vida adulta são vítimas das próprias relações hierárquicas de poder no seio da sociedade onde ele mesmo convive. O poder que autoriza os homens a atuarem de modo agressivo e “fazer valer os seus direitos em nome da honra” integra o mesmo sistema que os coloca em situação de vulnerabilidade.

Explicações no campo da biogenética buscam provar uma relação entre a violência masculina e a constituição física dos homens, outras linhas de pesquisa defendem explicações baseadas em aspectos hormonais. Mas a associação da masculinidade ao poder e à violência não se constrói exclusivamente a partir de determinantes biogenéticos. É construída e se reproduz nas relações entre o masculino e feminino de maneira histórica e culturalmente datado; constrói-se também na divisão do trabalho, na socialização da família, da escola, no cotidiano e em pequenas ações.

No campo econômico somos regidos pelo capitalismo. É importante mencionar o quanto na atualidade há uma crescente queda do número de empregos principalmente para os homens e isso tem levado muitas categorias de trabalhadores por intermédio de suas respectivas centrais sindicais, abrir mão de uma série de benefícios garantidos outrora para assim se manterem em posição e nos postos de trabalho.

O crescimento e aprofundamento da miséria fazem com que nas famílias exista uma busca quase que desesperada por emprego para, pelo menos, um membro da família. Porém observa-se um agudo sentimento de impotência nos homens desempregados e ainda mais nos que estão nesta situação há muito tempo, pois sendo assim há o sentimento da perda do papel social tradicionalmente considerado o mais importante: o de provedor das necessidades materiais da família. “marido bom é aquele que não deixa faltar nada em casa” (Saffioti & Almeida, 1995) o poder apresenta duas fases: da potência e da impotência.

É importante mencionar que não é no desfrute da potência, mas na tentativa de viver a impotência, ainda que de forma desagradável, já que a força e a vitória estão vinculadas ao masculino, e perpetra a violência. Este se torna um fator de incremento da violência doméstica. Para as mulheres, especialmente as casadas, o desemprego não chega a ser um fracasso, afinal prover o lar não é atribuição social fundamental para as mulheres, embora cerca de 30% das famílias brasileiras sejam sustentadas por elas. Já o desemprego para os homens se constitui uma desonra. Não queremos vincular e muito menos justificar o desemprego como fator principal da violência doméstica. Mas é importante considerar no quadro da ordem patriarcal de gênero, que a perda do *status* de provedor seja um dos mais importantes fatores desse fenômeno.

Alves (2000) traz a preocupação com o possível contingente de homens que se tornam violentos para com sua família, em decorrência do desemprego, e que se apóiam no álcool após se desesperarem frente ao não surgimento de uma atividade laboral onde possam extravasar ou até mesmo racionalizar essa situação frente ao negativismo e por considerar a perda da função social como homem.

3. GRUPO REFLEXIVO

É um espaço de convívio que propicia uma imersão crítica no cotidiano dos indivíduos. A metodologia utilizada é uma construção interdisciplinar que utiliza instrumentos, sobretudo, dos campos da sociologia, da psicologia e da educação que

privilegiam um estreito diálogo entre a teoria e a prática. Percebem que, em geral, homens não cuidam de si mesmos ou de outros e que o cuidado é considerado um atributo feminino em nossa sociedade. É importante que os participantes reconheçam mudanças qualitativas em suas relações pessoais e que passem a escutar mais e a compartilhar responsabilidades, problemas e tarefas com aqueles com quem vivem partilhando de uma vida cotidiana onde dividem um lar, família e filhos.

3.1 Metodologia

Publico alvo: O indivíduo autor de violência doméstica, após enquadrado na Lei 11.340/2006 - Maria da Penha.

Funcionários motoristas homens com idade de 39 a 52 anos uma empresa de transporte urbano da cidade de Resende/RJ.

Seleção: Realizada entrevista individual semi-estruturada com doze participantes homens com idade de 46 a 59 anos que foram recepcionados oriundos do JECRIM (Juizado Especial Criminal), na cidade de Resende/RJ. Dez motoristas funcionários de uma empresa de transporte urbano da cidade de Resende/RJ

Integração: Apresentação do grupo, seu funcionamento, a forma de trabalho. Processo que acontece após a entrevista semi-estruturada dentro da etapa anterior.

Objetivos: Fazer com que o indivíduo chegue ao final do processo e consiga expressar dentro de suas relações com seus pares, mudanças qualitativas, que ele consiga compartilhar responsabilidades, seu comportamento na resolução de problemas aconteça em conjunto, que utilização do diálogo seja algo frequente e que compartilhem objetivos comuns, que passe a desconsiderar que as diferenças entre homens e mulheres não caracterizam aspectos de inferioridade e buscar harmonia no âmbito relacional e familiar.

Operacionalização: Encontros semanais, um por semana, durante aproximadamente 20 semanas, totalizando de dez a doze participantes por encontro. Supõe-se a necessidade da presença de dois profissionais psicólogos compondo a equipe reflexiva e intermediando os encontros. Os encontros foram realizados nas dependências do Fórum TJ-RJ da cidade de Resende-RJ, onde funcionava o Grupo de homens autores de violência enquadrados na Lei 11.340/2006. E também realizado encontros nas dependências da empresa de transporte urbano na cidade de Resende-RJ com a presença semanal de dez participantes motoristas.

3.2 Resultados

- Os participantes dos grupos assumiram sua responsabilidade e interrompem as diferentes formas de violência, resultando em baixa reincidência;
- Questionaram a identidade masculina dominante e o processo de sua construção;
- Perceberam que o modelo hegemônico de masculinidade põe em risco suas próprias vidas e a integridade dos que vivem com eles;
- Mostraram insatisfação com a forma como historicamente o papel de provedor foi atribuído aos homens em nossa sociedade;
- Perceberam a ligação existente entre a violência sofrida quando criança e a violência que cometeram e, alguns, observam a reprodução desses mesmos comportamentos em seus próprios filhos;
- Tornaram-se conscientes que a violência é parte do repertório masculino de resolução de conflitos e de manutenção de poder;
- Perceberam que, em geral, homens não cuidam de si mesmos ou de outros e que o cuidado é considerado um atributo feminino em nossa sociedade;
- Reconheceram mudanças qualitativas em suas relações pessoais: começam a escutar mais e a compartilhar responsabilidades, problemas e tarefas com aqueles com quem vivem;
- Relataram aumento na capacidade de diálogo, de expressão de afeto e de auto-estima (empoderamento);
- Descreveram maior e melhor satisfação no amor e no relacionamento sexual;
- Relataram que os conflitos atuais nos relacionamentos com as mulheres surgem sem o componente da violência: ampliação de formas pacíficas de resolução de conflitos;
- Relataram sobre mobilização/ampliação de rede social;
- Manifestaram um olhar crítico sobre o cotidiano e valorização do cidadão comum: aumento da percepção de cidadania;
- Efeito multiplicador da metodologia em diferentes espaços cotidianos (família extensa e local de trabalho).

3.3. Projeto de homem para homem

Diante da dinâmica a qual foi submetido este grupo de pessoas participantes e os resultados verificados, torna-se possível a ampliação deste projeto. A utilização dos resultados como embasamento para uma próxima experiência com homens ocupantes de outros nichos da sociedade. A problematização, conscientização, formação de

educadores sociais, formação de multiplicadores para após a experiência da mesma dinâmica deste projeto, passem a ser os agentes multiplicadores com atuação direcionada em escolas, instituições religiosas, poder público, empresas e associações de moradores. Com discurso do combate a violência, violência de gênero e tolerância para questões do masculino e feminino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência aqui estudada refere-se à violência conjugal, enunciada como prática de tradição nos relacionamentos amorosos. Associada à violência doméstica, é caracterizada como violência de gênero, estando, sobretudo, presente nos cotidianos doméstico e conjugal das mulheres, mediante a definição do seu papel na sociedade.

Sem dúvida, o enfoque do masculino é indispensável para a compreensão da dinâmica que envolve as relações violentas entre homens e mulheres, mas não se esgota por si só. Vale pensar de forma sistemática as motivações do ponto de vista do discurso masculino, pois os trabalhos neste tema são ancorados em sua maioria pelo discurso feminino frente às situações de violência. Objetivamos investigar e identificar as motivações genuínas e mais ainda buscar soluções ou adequações para este tipo de situação social que atravessa lares brasileiros e sem distinção de raça, religião, situação econômica e social. Como fora mencionado na discussão deste trabalho, tornar realidade em um futuro próximo colocando em prática através do projeto "De homem para homem" a conscientização, levando à mudança de postura do ponto de vista do entendimento do gênero como motivação para as desigualdades, conseqüentemente a formação de educadores, formadores de opiniões e multiplicadores dessa dinâmica, onde o importante é buscar meios para que os cidadãos reflitam sobre as diferenças e convivam de forma harmoniosa. Pela pesquisa realizada conclui-se ser possível e necessário incluir o homem da família nos projetos de prevenção à violência, formando-o para relações pacíficas com formas variadas de resoluções de conflitos. Essa prática de formação de educadores em convívio social e familiar permite a reprodução de comportamentos e uma nova consciência para a Conjugalidade e parentalidade e em nível mais amplo para a construção de uma sociedade em que as diferenças sejam respeitadas e a fraternidade cultuada entre os cidadãos.

5. REFERÊNCIAS

- (1) Verardo MT. Violência no relacionamento “amoroso”. São Paulo:IMEP; 1990. (série Violência e Gênero).
- (2) Oliveira FA. Violência contra a mulher é uma questão de saúde pública. *Jornal da redevsaúde* 1999; 19(10).
- (3) Saffioti HIB, Almeida SS. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter; 1995.
- (4) Paiva JR. Mulheres espancadas [online] 1999. Disponível em: <http://www.members.tripod.com/soswomen/paget.html>.> (24 nov. 1999).
- (5) Nolasco S. O peso da cultura. *Rev Maria Maria* 1999; 1(0): 24-5.
- (6) Ferreira GB. La mujer maltratada: un estudio sobre las mujeres víctimas de la violencia doméstica. 2nd. Buenos Aires: Sudamericana; 1994.
- (7) Soares BM. O que acontece com as mulheres que apanham dos maridos? [online]. Disponível em: http://www.cfch.ufrj.br/jor_pesq/Violenc/saffioti.html> (30 nov.2001).
- (8) Lei 11.340/2006 – Maria da Penha – Art. 45 – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Brasília/2006.